

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES
CONFEIONADAS EM REFEITÓRIOS ESCOLARES DOS ESTABELECIMENTOS DE
ENSINO DO 2º, 3º CICLO DE ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO DO MUNICÍPIO
DE AMARANTE 2025-2026**

1 - DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 - Identificação do concurso

1.1.1 - Concurso Público com publicidade Internacional, nos termos do disposto no artigo 20º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos (adiante designado de CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que tem por objeto a aquisição de serviços de fornecimento de refeições confeccionadas em refeitórios escolares dos estabelecimentos de ensino de 2º, 3º ciclo e do secundário do Município de Amarante 2025-2026.

1.1.2 - Os serviços objeto deste contrato são o fornecimento de refeições completas ou almoço volante, com a tipologia de dieta personalizada, em conformidade com as normas emitidas pela Município de Amarante.

1.1.3 - A decisão de não contratação por lotes, é fundamentada com o indicado na alínea b) do n.º 2 do artigo 46.º-A do CCP resulta de imperativos técnicos e funcionais, considerando que se pretende que a oferta alimentar dos alunos seja uniforme em todo o território não diferenciando os alunos no acesso à alimentação pela escola em que estão matriculados.

1.2 - Entidade adjudicante

1.2.1 - A entidade pública adjudicante é o Município de Amarante, Pessoa Coletiva n.º 501 102 752, através da Divisão Contratação Pública e Aprovisionamento, sita na Alameda Teixeira de Pascoaes, com os números de telefone 255 420200 e 255 420244 e de fax 255 420201 e 255 420284, com o endereço eletrónico: geral@cm-amarante.pt.

1.2.2 - Endereço da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante: www.acingov.pt

1.3 – Órgão que tomou a decisão de contratar

1.3.1 - A decisão de contratar foi tomada por deliberação da Câmara Municipal havida em Reunião de 03/06/2025, registada no correspondente livro de atas sob o n.º 334/2025 e, para surtir efeitos imediatos, aprovada após deliberação, nos termos do artigo 57.º, n.º 3, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/9.

1.4 - Ajuste Direto

Fica expressamente prevista a possibilidade de adoção do ajuste direto nos termos do disposto na da alínea a) e b), n.º 1, do art.º 24.º do CCP.

1.5 - Disponibilização das peças do procedimento

1.5.1 - O meio eletrónico de fornecimento das peças do procedimento é a plataforma eletrónica de contratação pública, acinGov, acessível através do sítio eletrónico <https://www.acingov.pt/>,

designado para efeitos do presente Programa de Procedimento por Plataforma acinGov, onde será integralmente disponibilizado todo o processo do procedimento, este acesso é gratuito e permite efetuar a consulta e o download gratuito das peças do procedimento.

1.5.2 - O processo administrativo do concurso encontra-se disponível na Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento, localizada na sede da entidade adjudicante, onde pode ser examinado, durante as horas de expediente (das 9h às 12:30h e das 13:30h às 17:00h), desde a data de publicação do respetivo anúncio até ao dia e hora limite para entrega das propostas, mediante prévio agendamento.

1.6. - Concorrentes

1.6.1 - Podem apresentar propostas ou integrar qualquer agrupamento as entidades, nacionais ou estrangeiras, que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP.

1.6.2 - É permitida a apresentação de propostas por um agrupamento de concorrentes, o qual deve assumir a forma jurídica de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, quando lhe for adjudicado o contrato.

1.7 - Agrupamentos

1.7.1 - Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

1.7.2 - Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do disposto no CCP, nem integrar outro agrupamento candidato ou outro agrupamento concorrente.

1.7.3 - Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.

1.7.4 - Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária.

2 - PROPOSTAS

2.1 - Apresentação de propostas

2.1.1 - A proposta e os documentos que a acompanham devem ser apresentados no portal www.acingov.pt, até às **23:59 horas do 31º dia** a contar da data do envio para publicação do anúncio ao Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

2.1.2 - A data limite fixada no ponto anterior pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado quando o programa do

procedimento, o caderno de encargos ou os esclarecimentos solicitados não puderem ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.

2.1.3 - A prorrogação de prazo prevista no número anterior aproveita a todos os interessados.

2.2 - Proposta

2.2.1 - A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), a preencher em formato eletrónico no <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt> conforme instruções do anexo I do presente programa do concurso;
- b) Proposta de preço, indicados até à terceira casa decimal e elaborada em conformidade com o caderno de encargos, com a identificação do preço unitário.
- c) Demais documentos exigidos no Caderno de Encargos.
- d) Certidão Permanente, sendo a sua apresentação de carácter obrigatório, sob pena de excluído;
- e) Declaração de inexistência de impedimentos, disponível na plataforma, junto às peças de procedimento, sendo a sua apresentação de carácter obrigatório, sob pena de exclusão.
- f) A informação técnica necessária para a avaliação das propostas.

2.2.2 - A declaração referida na alínea a) do número 1, bem como todos os documentos que constituem a proposta, devem ser assinados eletronicamente (assinatura digital qualificada) pelo concorrente ou seu representante que tenha poderes para o obrigar.

2.2.3 - Sempre que seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração que confira a este último poderes para o efeito, ou pública, forma da mesma, devidamente legalizada.

2.2.4 - No caso de agrupamento de concorrentes, a declaração referida na alínea a) do número 1, bem como todos os documentos que constituem a proposta, devem ser assinados eletronicamente (assinatura digital qualificada) pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

2.2.5 - Na proposta os concorrentes devem indicar todos os elementos solicitados, devendo para o efeito considerar todas as condições e informações constantes do presente Programa do Procedimento e Caderno de Encargos.

2.3 - Modo de apresentação das propostas

2.3.1 - A apresentação das propostas e os documentos que as acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, devendo cumprir com o disposto nos seguintes pontos:

2.3.2 - Os interessados devem ter em atenção o tempo necessário à submissão e assinatura eletrónica das propostas e documentos que as acompanham em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que só serão admitidas as propostas cujo recibo eletrónico comprovativo comprove a submissão anterior à hora fixada.

2.3.3 - A proposta e os documentos que a constituem deverão ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, deve ser acompanhada de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

2.3.4 - A proposta deverá ser assinada nos termos do artigo 57.º, n.º 4 do CCP e por assinatura eletrónica qualificada nos termos dos n.ºs 1 a 6 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

2.4 - Prazo de obrigação de manutenção das propostas

2.4.1 - Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias úteis ou superior, contados a partir da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

2.5 - Admissão de propostas variantes

2.5.1 - Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.

2.5.2 - São variantes as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas nos termos expressamente admitidos pelo Caderno de Encargos.

2.6 - Preço base

2.6.1 - O preço base, sendo o entendido como preço máximo que a entidade se dispõe a pagar pela totalidade fornecimento e entrega das refeições é de **741.888,00 € (setecentos e quarenta e um mil, oitocentos e oitenta e oito euros)** acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

2.7 - Critério de adjudicação

2.7.1 - A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da seguinte modalidade, e nos termos do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 74º do CCP:

- Multifator, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um conjunto de fatores e eventuais subfactores, correspondentes a diversos aspetos da execução do contrato a celebrar.

$$\text{Pontuação} = \text{a) Preço} \times 40\% + (\text{b) Qualidade (b1 + b2)} \times 60\%$$

Em que:

a) Preço x 40%

A pontuação obtida para o fator preço resultará do quociente entre a proposta de mais baixo valor e a proposta em análise multiplicado por 40, ou seja, através da seguinte fórmula:

$$\text{Ponderação do preço da proposta} = (B/P) \times 40\%$$

Em que: P é o valor da proposta em análise B é o valor do preço base

b) Qualidade (b1 + b2) x 60%

A avaliação do fator Qualidade será efetuada de acordo com o disposto no presente convite, e com a fórmula supra em que:

b1) – Metodologias a implementar no âmbito do objeto do contrato, tendo por referência os requisitos dos sistemas de gestão, com uma ponderação de 75%, em que:

- Qualidade (ISO 9001) ou equivalente – 11%
- Segurança alimentar (ISO 22000) ou equivalente – 11%
- Ambiente (ISO 14001) ou equivalente – 11%
- Saúde e Segurança Ocupacional (ISO 45001) ou equivalente – 11%
- Responsabilidade social (SA 8000) ou equivalente – 11%
- Sustentabilidade (ex: Cradle to Cradle®, combate ao desperdício alimentar) ou equivalente – 9%
- Conciliação da Vida Profissional e pessoal (ex. NP 4552) ou equivalente – 11%

A pontuação global de cada proposta corresponde ao resultado da soma das pontuações parciais obtidas em cada fator, tendo em conta os valores dos respetivos coeficientes de ponderação.

– Metodologias a implementar no âmbito da execução do contrato, tendo por referência os requisitos dos sistemas de gestão – 75%

Sistema de Gestão da Qualidade – ISO 9001 ou equivalente	11%
A proposta contempla o certificado no âmbito do Objeto do Contrato	100%
A proposta contempla as metodologias a implementar no âmbito do Objeto do Contrato	50%
A proposta não contempla nem certificado nem metodologias a implementar	0%
Sistema de Gestão do Ambiente – ISO 14001 ou equivalente	11%

A proposta contempla o certificado no âmbito do Objeto do Contrato	100%
A proposta contempla as metodologias a implementar no âmbito do Objeto do Contrato	50%
A proposta não contempla nem certificado nem metodologias a implementar	0%
Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional – ISO 45001 ou equivalente	11%
A proposta contempla o certificado no âmbito do Objeto do Contrato	100%
A proposta contempla as metodologias a implementar no âmbito do Objeto do Contrato	50%
A proposta não contempla nem certificado nem metodologias a implementar	0%
Sistema de Gestão da Segurança Alimentar – ISO 22000 ou equivalente	11%
A proposta contempla o certificado no âmbito do Objeto do Contrato	100%
A proposta contempla as metodologias a implementar no âmbito do Objeto do Contrato	50%
A proposta não contempla nem certificado nem metodologias a implementar	0%
Sistema de Gestão de Responsabilidade Social – SA 8000 ou equivalente	11%
A proposta contempla o certificado no âmbito do Objeto do Contrato	100%
A proposta contempla as metodologias a implementar no âmbito do Objeto do Contrato	50%
A proposta não contempla nem certificado nem metodologias a implementar	0%
Sistema de Gestão de Sustentabilidade – Cradle to Cradle® ou equivalente	9%
A proposta contempla o certificado no âmbito do Objeto do Contrato	100%
A proposta contempla as metodologias a implementar no âmbito do Objeto do Contrato	50%
A proposta não contempla nem certificado nem metodologias a implementar	0%
Sistema de Gestão de Conciliação da vida profissional e pessoal – NP 4452	11%
A proposta contempla o certificado no âmbito do Objeto do Contrato	100%

A proposta contempla as metodologias a implementar no âmbito do Objeto do Contrato	50%
A proposta não contempla nem certificado nem metodologias a implementar	0%

b2) - Plano de sustentabilidade – Lei nº 34/2019, de 22 de maio – 25%, em que:

- Estrutura do plano e número de atividades – 1%
- Origem e Impacto Ambiental (cfr. Nº 1 do artigo 4º da Lei nº 34/2019)– 12%
- Qualidade (cfr. Nº 1 do artigo 5º da Lei nº 34/2019) – 8%
- Qualidade (cfr. Nº 3 do artigo 5º da Lei nº 34/2019) – 4%

Corresponde aos parâmetros a considerar na apreciação do mérito da proposta, no que respeita ao plano de sustentabilidade ambiental e alimentar que permita uma maior sustentabilidade ambiental e alimentar na prestação do serviço, em cumprimento com a referida Lei nº 34/2019, que determina a aplicação e define os critérios de seleção e aquisição de produtos alimentares de origem de proximidade, promovendo ações para o consumo sustentável, alimentação e nutrição adequadas e difusão de informação quanto à realidade produtiva local, no que respeita ao conhecimento dos produtos e da sua origem, sobretudo junto da população escolar a que se destina.

A pontuação global de cada proposta corresponde ao resultado da soma das pontuações parciais obtidas em cada fator, tendo em conta os valores dos respetivos coeficientes de ponderação.

Plano de sustentabilidade – Lei nº 34/2019, de 22 de maio – 25%

Estrutura do plano e número de ações pedagógicas – 1%

Plano estruturado com plano de atividades de sustentabilidade ambiental e alimentar completo, bem fundamentado e diversificado, com referência aos modos de atuação e a todos os critérios de seleção de produtos alimentares aqui definidos, quanto à qualidade, origem e impacto ambiental, que promova uma alimentação adequada e a difusão de informação sobre a produção local, com o número de ações dirigidas à população escolar em número igual ou superior a 6 com demonstrada relevância pedagógica	100%
Plano estruturado com plano de atividades de sustentabilidade ambiental e alimentar completo, bem fundamentado e diversificado, com referência aos modos de atuação e a todos os critérios de seleção de produtos alimentares aqui definidos, quanto à qualidade, origem e impacto ambiental, que promova uma alimentação adequada e a difusão de informação sobre a produção local, com o número de ações dirigidas à população escolar em número superior a 3 e inferior a 6 com demonstrada relevância pedagógica	50%

Plano estruturado com plano de atividades de sustentabilidade ambiental e alimentar completo, bem fundamentado e diversificado, com referência aos modos de atuação e a todos os critérios de seleção de produtos alimentares aqui definidos, quanto à qualidade, origem e impacto ambiental, que promova uma alimentação adequada e a difusão de informação sobre a produção local, com o número de ações dirigidas à população escolar em número igual ou inferior a 3 com demonstrada relevância pedagógica	25%
--	-----

Origem e Impacto Ambiental – 12%

Número de produtos adquiridos que revelem menores custos logísticos e de distribuição – 5%	Apresenta mais de 3 produtos	100%
	Apresenta 3 produtos	75%
	Apresenta 2 produtos	50%
	Apresenta 1 produto	25%
	Não apresenta nenhum produto	0%

Número de produtos adquiridos que revelem menor impacto no meio ambiente devido à distância, ao transporte e às embalagens, valorizando-se de forma mais intensa a produção que tenha todas as suas fases no limite da NUT III do local de consumo ou em NUT III adjacente – 5%	Apresenta mais de 3 produtos	100%
	Apresenta 3 produtos	75%
	Apresenta 2 produtos	50%
	Apresenta 1 produto	25%
	Não apresenta nenhum produto	0%

Número de produtos adquiridos e produtos adquiridos com origem em produção sazonal – 2%	Apresenta mais de 3 produtos	100%
	Apresenta 3 produtos	75%
	Apresenta 2 produtos	50%
	Apresenta 1 produto	25%
	Não apresenta nenhum produto	0%

Qualidade – 12%

Número de produtos adquiridos detentores de certificação através de, pelo menos, um dos seguintes regimes de qualidade certificada – 8% a) Modo de Produção Biológica (MPB) b) Denominação de Origem Protegida (DOP)	Apresenta mais de 3 produtos	100%
	Apresenta 3 produtos	75%
	Apresenta 2 produtos	50%
	Apresenta 1 produto	25%
	Não apresenta nenhum	0%

c) Indicação Geográfica Protegida (IGP)	produto	
--	---------	--

Número de produtos adquiridos provenientes de explorações com Estatuto Familiar – 4%	Apresenta mais de 3 produtos	100%
	Apresenta 3 produtos	75%
	Apresenta 2 produtos	50%
	Apresenta 1 produto	25%
	Não apresenta nenhum produto	0%

2.7.2 As propostas serão ordenadas tendo em conta a pontuação global mais alta;

2.7.3 No caso de empate das propostas, após a aplicação do critério de adjudicação previsto no número anterior, constitui fator de desempate, sucessivamente, a proposta do concorrente que apresente:

- 1 – Melhor pontuação no fator Qualidade;
- 2 – Melhor pontuação no subfactor b2);
- 3 – Melhor pontuação no subfactor b1).

- Se persistir o empate entre as várias propostas, a adjudicação far-se-á por sorteio para a designação do primeiro classificado e sucessivamente.

- Para a realização do sorteio, o júri nomeado para a aviação das propostas do procedimento convocará os concorrentes empatados, designando data, hora e local do mesmo.

- Os concorrentes convocados para o sorteio deverão fazer-se representar por alguém devidamente credenciado para a sua representação.

- Os concorrentes com propostas empatadas participam no sorteio.

2.7.3.1. O sorteio decorrerá da seguinte forma:

i) Sorteio – serão colocados num envelope subscritos com o nome de cada concorrente empatado;

ii) Retirada do subscrito – será designado, por unanimidade, pelos membros do júri e os concorrentes convocados;

iii) Vencedor do sorteio – o 1º subscrito retirado será classificado em 1º lugar na lista de ordenação final das propostas;

iv) Ordenação das restantes posições – se se verificar mais do que dois concorrentes empatados, a ordenação das propostas, para além do 1º lugar, far-se-á também por sorteio,

sendo atribuído o 2º lugar ao concorrente cujo subscrito seja retirado em 2º lugar e assim sucessivamente.

2.7.3.2. No final do sorteio será redigida uma ata que será assinada por todos os intervenientes.

3 - HABILITAÇÃO

3.1 - O Adjudicatário, no prazo de **10 (dez) dias** a contar da notificação de adjudicação, deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP;
- Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), c), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- Apresentação do Registo Central do Beneficiário Efetivo atualizado, nos termos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto.
- Apresentar um plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas ou a certificação de que aquele se enquadra na exceção prevista na parte final do n.º 9 do artigo 81 do CCP (se aplicável).

3.2 - Caso se detecte alguma irregularidade nos documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário, fica, desde já, estabelecido o prazo de 5 (cinco) dias para supressão dessas irregularidades.

4 - CAUÇÃO

4.1 - No prazo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, deve ser prestada uma caução no valor de 5% do preço contratual, destinada a garantir a celebração do contrato, vem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com a celebração.

5 - CONTRATO RESERVADO

5.1 - Não se trata de um contrato reservado.

6 - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

6.1 - A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos aplica-se o Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, o Código do Procedimento Administrativo e demais legislação aplicável.